
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Revista
Didática Sistemática

SEMESTRAL

ISSN: 1809-3108

Volume 6, julho a dezembro de 2007

**PROCESSOS EDUCATIVOS COMUNITÁRIOS:
REFLETINDO AS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA VIDA ALTERNATIVAS
AO CAPITALISMO**

Caroline Terra de Oliveira¹

Maria Isabel Lopes Machado²

Resumo

O presente artigo problematiza o diálogo entre duas propostas de organização do trabalho, alternativas ao capitalismo: a economia solidária popular e o ecomunitarismo. Para tanto, pretende-se refletir sobre os princípios e práticas que norteiam estas estratégias coletivas de sobrevivência, procurando enfatizar a economia popular como expressão de um modelo de organização ecomunitarista que vem se desenvolvendo na atualidade.

Palavras-chave: economia solidária popular; ética; ecomunitarismo.

Abstract

This article deals with the dialogue between two proposals of organization of the work, alternative to the capitalism: the popular solidary economy and the ecomunitarismo. So, is intended to reflect about the principles and practices that guide these collective

¹ Licenciada em História pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande, especialista em Sociedade, Política e Cultura do Rio Grande do Sul pela mesma instituição. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG e bolsista da CAPES. Grupos de pesquisa: Educação Ambiental Não-formal e Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Estética Onírica (NUPEE). E-mail: carolineambiental@hotmail.com.

² Bacharel em Direito. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – FURG. Grupo de pesquisa: Educação Ambiental Não-formal. E-mail: garciaassociados@terra.com.br.

strategies of survival, trying to emphasize the popular economy as expression of a model of 'ecomunitarista' organization that has been developed in the present time.

Keywords: popular solidary economy; ethics; ecomunitarism.

Introdução

Este artigo problematiza a economia solidária popular como expressão de um modelo de organização ecomunitarista que vem se desenvolvendo nos dias de hoje. Pretende-se aproximar estas duas propostas de organização do trabalho e da vida, salientando os princípios que sustentam as práticas cooperativas, dialogando com o horizonte do ecomunitarismo. Desse modo, este trabalho está estruturado em dois momentos, no primeiro, busca-se refletir sobre a economia popular na atualidade, seus princípios e práticas e o segundo momento, pretende-se discutir a proposta do ecomunitarismo, abordando, em especial, a crítica do trabalho alienado e a questão política de libertação sob a ótica das normas da ética. A importância desta reflexão está relacionada ao momento que a classe trabalhadora vivencia atualmente, o qual se exige a construção de estratégias coletivas de sobrevivência, utilizando-se de formas alternativas de organização do trabalho, através da construção de cooperativas de trabalhadores. O movimento de construir na sociedade um empreendimento de caráter popular que difere dos princípios e das práticas educativas predominantes nas empresas capitalistas revela que existem possibilidades concretas de se desenvolver outras formas de organização social, compatíveis com a proposta do ecomunitarismo apresentada pelo educador Sírio Lopez Velasco.

Assim, percebe-se que, diante do processo de globalização, os trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho, através da economia solidária popular, estão organizando iniciativas de geração de trabalho e renda de forma cooperativa, procurando através de um processo educativo em que predomina o companheirismo, a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática e a participação direta reconstruir suas vidas diante da exploração, da desigualdade social e desvalorização do trabalho.

Economia Solidária: um modo de organização orientado para a democracia

“A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não

podia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra em toda a sua evolução” Paul Singer

O modo de produção capitalista, a partir da primeira Revolução Industrial, causou êxodo rural, aumentando o contingente populacional das cidades, necessário para o trabalho nas fábricas. Desde este período, século XVIII, o sistema de organização capitalista que explora a classe dos trabalhadores produziu uma população que procurou, através da economia solidária, formas de organização do trabalho alternativas, que pudessem possibilitar a realização de suas necessidades econômicas e sociais.

A economia capitalista e sua lógica competitiva e excludente não devem ser concebidas como algo natural, visto que geram uma sociedade profundamente desigual. Torna-se imprescindível discutir outras formas de organização do trabalho, em que predominem relações mais cooperativas ao invés de competitivas. Nesse sentido, os empreendimentos solidários surgem como formas de organização do trabalho que desenvolvem o poder local e fortalecem os valores da comunidade mobilizada. São entendidos como uma ferramenta de luta contra a exploração constante do trabalhador e constituem um estímulo para uma nova perspectiva e forma de pensar a sociedade. De acordo com Paul Singer (2002), o intenso crescimento de cooperativas e associações nos dias de hoje está relacionado ao aumento das taxas de desemprego e a precarização do trabalho.

Portanto, a economia solidária se constitui como um modo de organização do trabalho que contrasta com os modelos autoritários, competitivos e hierárquicos das empresas capitalistas. Diferente da gestão capitalista, os empreendimentos solidários envolvem a participação de todos os membros nas decisões da empresa, sendo assim um processo de transformação nas relações sociais, uma vez que todos experimentam da igualdade de direitos, do poder de decisão.

A expansão do cooperativismo na atualidade é resultado de um processo histórico que envolve a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, pela igualdade de direitos e liberdade de expressão. A expansão da economia popular é resultado da experiência social e histórica de trabalhadores que são explorados e reivindicam novas necessidades e valores que divergem daqueles afirmados pela sociedade capitalista.

A maneira como as atividades econômicas se organizam na sociedade é denominado modo de produção, e o capitalismo se constituindo como tal, produz uma crescente desigualdade, dividindo a sociedade em duas classes sociais, a classe

proprietária do capital e a classe que vende a sua força de trabalho. Neste modo de organização da sociedade, os meios de produção e distribuição são apropriados de modo privado se tornando mercadorias e se concentrando nas mãos de uma minoria que detêm o capital. Porém, dentro deste modo competitivo, desigual e concentrador de capital, tem-se desenvolvido iniciativas de geração de trabalho e renda que procuram a socialização dos meios de produção e distribuição. Dentro desta perspectiva, é relevante a conceituação formulada pelo economista Paul Singer:

“A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade (...)”. (SINGER, 2002, p. 10).

O cooperativismo fundamenta-se na economia solidária. Constitui uma forma de associação de pessoas que procuram, por meio da gestão democrática e participativa, atender às necessidades comuns de seus sócios através de uma atividade econômica. Desse modo, contrasta com os modelos autoritários e hierárquicos predominantes na empresa capitalista, na medida em que ocorre uma partilha equilibrada do resultado comum obtido. De acordo com Luis Razeto (2001), a economia popular resulta das diferentes atividades, iniciativas e experiências alicerçadas pelos setores populares, com o objetivo de assegurar a sua subsistência e satisfazer suas necessidades econômicas, é iniciativa de uma população que se encontra marginalizada dos dois sistemas formais de destinação e distribuição de recursos, a saber, o mercado e o Estado. Importante destacar a definição deste autor para o que se denomina de economia popular:

“Concebemos a *economia de solidariedade* como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. -, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. Trata-se de um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização da produção e das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos e distribuição dos bens e serviços produzidos, e nos procedimentos e mecanismos de consumo e acumulação”. (RAZETO. In: GADOTTI; GUTIÉRREZ, 2001, p. 40)

O cooperativismo constitui uma das formas de experiência em economia solidária, sendo definido por Paulo Sandroni (apud VERAS NETO, 2002, p. 26):

“Empresa formada e dirigida por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários. O movimento cooperativista contrapõe-se às grandes corporações capitalista de caráter monopolista. Conforme a natureza de seu corpo de associados, as cooperativas podem ser de produção, de consumo, de crédito, de troca e comercialização, de segurança mútua, de venda por atacado ou de assistência médica. As mais comuns são as cooperativas de produção, consumo e crédito; há ainda as cooperativas mistas, que unem numa só empresa essas três atividades”.

A economia popular engloba um conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, de luta dos trabalhadores contra a exploração, insegurança e precarização das condições de trabalho, com valores éticos, morais e sociais de ajuda mútua, solidariedade, confiança, democracia e responsabilidade social. Na verdade, constituem princípios presentes na cultura do movimento operário. De acordo com Paul Singer (2002), a lógica da economia solidária condena a ditadura do capital na empresa e o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção. A crítica operária está direcionada à empresa capitalista e aos efeitos que o modo de produção atual gera na sociedade, em que o resultado do trabalho coletivo é propriedade do capitalista. À classe dos trabalhadores, que vivencia o quadro de desemprego, exclusão e empobrecimento, resta o ganho suficiente para reproduzir sua força de trabalho no cotidiano.

A autogestão cooperativa

“(...) a idéia [de] que os próprios trabalhadores podem lutar e reagir contra o desemprego, contra a exclusão social, e eles próprios, organizados, são capazes de tomar o seu destino em suas mãos, criar suas próprias empresas e resolver portanto a questão, ao invés de esperar soluções vindas do alto, do governo ou da classe dominante (...)”. Paul Singer, 1998

A economia solidária frente a esta nova etapa do capitalismo caracterizado pelo desemprego e precarização do trabalho, sob a hegemonia da globalização, evoca os valores que estão presentes na história do movimento operário, como a solidariedade, a democracia, a autonomia e a autogestão. Dentro desta perspectiva, a autogestão surge

como característica deste modo de organização do trabalho baseado na cooperação, constituindo-se como uma das possibilidades no processo de libertação dos trabalhadores e de construção de uma sociedade menos injusta e mais solidária. Constitui-se, portanto, como uma prática social e política, caracterizada pela mobilização dos trabalhadores no processo de desenvolvimento de alternativas de organização do trabalho e da vida que negam a estrutura hierárquica e burocrática capitalista.

Nas instituições que praticam a economia solidária, ao contrário da empresa capitalista que é caracterizada pela heterogestão, a administração é baseada na autogestão, modelo em que as decisões e o controle da empresa são exercidos pelos próprios trabalhadores, sendo assim, ocorre mobilização e participação de todos os sócios nas diretrizes, decisões e resolução de cada problema. Na concepção autogestionária, os trabalhadores são tanto os proprietários quanto gestores dos estabelecimentos.

Entretanto, para que o desafio de pensar e agir coletivamente funcione, Marilena Nakano (In: SINGER e SOUZA, 2003, p. 65-80) coloca que se deve ter transparência e democratização das informações; incentivo e contribuição dos trabalhadores na gestão do projeto, realizado através de uma permanente ação e reflexão dos trabalhadores sobre a estrutura organizacional, motivando o diálogo e a participação de todos os membros no processo produtivo. De acordo com a autora, a motivação autogestionária constitui a base para a estruturação do projeto de educação da entidade, elemento fundamental para que os trabalhadores possam gerir o empreendimento, segundo novos valores e padrões. O projeto educativo da autogestão potencializa novas práticas centradas na ética, nas relações de solidariedade e cooperação mútua.

Diversos empreendimentos autogestionários foram experimentados ao longo da história. Desde o século XIX, este modo de organização foi adotado em diversos países como, por exemplo, na Inglaterra, com a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, fundada em 1844 por artesãos submetidos a condições subumanas de trabalho nas fábricas. Esta mobilização de trabalhadores representou uma reação à ganância capitalista e o êxito desta iniciativa passou a ser um exemplo para outros grupos. Na história da classe operária a perspectiva da autogestão foi trabalhada pelos socialistas utópicos como Robert Owen, Louis Blanc e Charles Fourier, bem como nos movimentos sociais como o marxismo, anarquismo, sindicalismo e socialismo cooperativo.

Assim, o movimento de economia solidária autogestionária que incentiva a democracia, a participação dos cidadãos e a solidariedade, como movimento de estratégia política, deve-se articular com as experiências concretas de vida dos trabalhadores no sentido da transformação social, da mudança nas formas de vida e de trabalho. A experimentação coletiva implica na tomada de consciência, provoca um repensar a organização do trabalho, as relações humanas e a convivência social.

Empreendimentos de economia popular em sintonia com o ecomunitarismo: rumo a uma nova vida

“(...) o início e o desenvolvimento do processo de libertação, orientado pelo horizonte-guia do ecomunitarismo, supõem a ação de liderança individual e coletiva”. Sírio Velasco

As cooperativas por serem uma associação autônoma de pessoas, de forma voluntária na busca do atendimento de suas aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de empresa coletiva e democraticamente administrada por seus cooperativados (SCHMIDT e PERIUS, 2003, p. 63) alinham-se ao ecomunitarismo³ e em sintonia com seus valores, uma vez que, articulando-se com base nas três normas da ética encontra-se alicerçado em decisões (escolhas) livres, cooperativas e solidárias.

A questão das normas éticas no ecomunitarismo, possui relação com as práticas presentes nos empreendimentos de economia popular, pois a primeira norma ética que nasce a partir da pergunta “O que devo/devemos fazer?” nos remete a zelar pela liberdade individual de decisão, ou melhor, prescinde como condicionante de que tenhamos escolha pelo menos entre duas alternativas de ação para produzir instâncias felizes à pergunta. Portanto, coaduna com os valores da economia popular, onde este poder de decisão existe e está dividido de forma igualitária entre todos. Pois, todos que dela participam são donos do empreendimento e, portanto, todos decidem o destino de suas vidas e a administram a partir das escolhas que fazem.

Neste modelo, não existem formas de dominação nos relacionamentos entre os seres humanos. Não existe a alienação em relação ao trabalho, pois a mão-de-obra não pertence ao capitalista. Nenhum outro homem aliena-se do trabalhador, enquanto seres humanos, estes indivíduos não estão privados de participarem das decisões, ao contrário, são sujeitos livres para pensarem e decidirem. Desta forma, é superada a

³ A saber, Ecomunitarismo é a ordem social utópica pós-capitalismo, capaz de se articular com base nas três normas da ética e de manter-se pela postura de seres humanos em atitudes de libertação.

alienação em relação ao outro ser humano, pois não existem relações competitivas e hierárquicas e, sim, solidárias e igualitárias.

Neste contexto, os trabalhadores, também não se vêem obrigados a desenvolver uma atividade que os unilateraliza, pois cultivam outras habilidades humanas no momento que participam do trabalho em todas as esferas do empreendimento para atender suas aspirações econômicas, sociais e culturais comuns.

Nesta linha, a partir da pergunta formulada pela primeira norma ética, é aberta a participação de qualquer pessoa que entenda a interrogação à segunda norma ética, que traça os limites da liberdade individual de decisão estabelecida pela primeira norma, que orienta a economia popular onde essa liberdade consensual é vivida plenamente.

As decisões e o controle da empresa são exercidos pelos próprios trabalhadores, sendo assim, ocorre a mobilização e a participação de todos os sócios nas diretrizes, decisões e resoluções de cada problema. Na concepção autogestionária, os trabalhadores são tanto os proprietários quanto gestores dos estabelecimentos. A prática da autogestão feita pelos associados se traduz em gestão coletiva e democrática em que todos têm o direito de participar das decisões e traçar os rumos de suas vidas da forma que entendam melhor e/ou oportuno. Não há decisões unilaterais, as decisões partem de um querer individual exercido pelo voto, que será representativo pela soma do querer maior de todos formando o consenso.

Nos empreendimentos de economia popular, há intercâmbios argumentativos com comunicações simétricas, não há atitudes de verticalização, pois todos os indivíduos estão no mesmo nível hierárquico. Enfatiza-se, que não há neste modelo alienação do trabalhador de sua faculdade humana de decidir, pensar e argumentar por outro homem. Portanto, esta segunda norma:

“(…) confirma a primeira no sentido de que devemos lutar por uma ordem social, para que os indivíduos de forma livre pautem suas decisões individuais consensualmente construídas (criadas e recriadas a cada instante mediante discussão argumentativa)”.
(VELASCO, 2003).

Desta forma, na economia popular a resposta à pergunta formulada pela segunda norma ética é feliz, pois o consenso é buscado através do voto que todos tem direito de exercer de forma igualitária e livre. Destacando, que o consenso é sempre provisório, podendo ser revisto sempre que se transformar em dissenso, caso venha ser falseado argumentativamente o enunciado que dá sustentação ao obrigativo, podendo a qualquer

tempo ser levado novamente a apreciação de todos onde poderá surgir novo querer coletivo.

Em relação à terceira norma ética, que parte das condições da existência da pergunta “O que devo/devemos fazer?”, ou seja, da existência do ser humano que, excluída a linguagem, é caracterizada pelo trabalho, onde o trabalho é a interação entre uma das partes da natureza (o ser humano) e o restante das naturezas, o trabalho pressupõe a natureza em seus três componentes: o sujeito, o objeto e o instrumento, todos naturais direta ou indiretamente.

Na verdade, a natureza que aborda esta norma ética é a natureza saudável para o trabalho e condição primeira para a sobrevivência do ser humano, daí decorrendo a tarefa de zelar pela preservação-regeneração da natureza humana e não-humana (de todas as naturezas).

Na economia popular não se fere esta norma, a resposta à pergunta é feliz, uma vez que as formas solidárias de trabalho preservam a saúde produtiva do ser humano quanto das outras naturezas. Em relação a esta terceira norma ética, o autor Sírio Lopez Velasco faz uma importante observação que possibilita pensar as relações predominantes nas instituições de economia popular:

“(…) à luz da terceira norma da ética, a forma de trabalho ecomunitarista é aquela na qual se preserva a saúde produtiva tanto do ser humano quanto do restante da natureza. Para o ser humano, isso significa atividade livre, cooperativa, variada e com retorno garantido das necessidades de cada indivíduo, para que seja possível seu desenvolvimento pleno”. (VELASCO, In: RUSCHEINSKY, 2002. p. 41).

Merece destacar, que no empreendimento de economia popular, não ocorre uma separação do trabalhador dos meios de produção; o instrumento e o objeto de produção ficam junto do trabalhador, não se separam dele. O produto do trabalho, ou seja, aquilo que o trabalhador produziu pertence a ele e não ao capitalista, o produto de seu trabalho e o objeto de produção lhe pertence, o que proporciona que, de forma digna (faça escolhas livres), sustente a si e a sua família. Portanto, ao participar de todas as decisões de forma livre, não há perda ao trabalhador da natureza considerada tanto como fornecedora de meios de sua subsistência imediata, como de meios de trabalho, pois a sua natureza criativa não é propriedade de outro homem, desta forma, não perde o vínculo imediato consigo próprio na ordem de sua atividade vital e com o vínculo que lhe identifica com o resto da natureza. Assim, por não estar separado da natureza (já que

esta é prolongamento seu, se identificando com ela) passa a cuidar da natureza exterior, ou seja, este ser humano desenvolve consigo mesmo, com outros seres humanos e com as demais naturezas uma forma ética de viver.

Nesta linha, os empreendimentos de economia solidária, evocam valores como a solidariedade, a democracia, a autonomia, a cooperação e a autogestão, constituindo-se numa possibilidade no processo de libertação dos trabalhadores para construção de uma sociedade mais justa, bem diferente dos empreendimentos ditados pelo capitalismo que são vorazes, egoístas, estimulam o individualismo e a competitividade entre os seres, e ainda, com decisões unilaterais geram degradação a todas formas de naturezas - humana e não-humana. Assim, para ilustrar este tópico fizemos uso das palavras do autor Sírio Lopes Velasco (2003, p. 278): “ (...) *no ecomunitarismo o dia-a-dia diz: que o indivíduo seja!*”. Neste sentido, a pergunta da terceira norma é feliz, pois no modelo de economia popular *o indivíduo é!*

Desta forma, este modelo de economia popular surge como uma prática social e política, caracterizada pela mobilização dos trabalhadores no processo de desenvolvimento de alternativas de organização do trabalho e da vida, com relações de trabalho orientadas sob novas bases, com valores e práticas centradas na ética para novas relações societárias construídas a partir de decisões solidárias e cooperativas para um viver mais feliz. Neste modelo, portanto, a utopia (ecomunitarista) se faz realidade.

Bibliografia

GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

NAKANO, Marilena. *Anteag: a autogestão com marca*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 65-80.

RAZETO, Luis. *Economia de Solidariedade e Organização Popular*. In: GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 34 – 58.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.) *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Virgílio. Cooperativismo – cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

VELASCO, Sírio Lopez. *Ética para o século XXI: rumo ao ecomunitarismo*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

VELASCO, Sírio Lopez. Ética, educação ambiental e mudança social rumo ao ecomunitarismo. In: *Revista Ambiente e Educação*. Rio Grande, 2004. p. 9-27.

VELASCO, Sírio Lopez. Querer-Poder e os desafios socioambientais do século XXI. In: Ruscheinsky, Aloísio (org.). *Educação Ambiental: abordagens múltiplas*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 37-46.

VERAS NETO. Francisco Quintanilha. *Cooperativismo: nova abordagem sócio-jurídica*. Curitiba: Juruá, 2002.